

# Educação e preconceito nas licenciaturas: um estudo exploratório a partir da Escala F

## *Education and prejudice on teaching courses: an exploratory research based on the F Scales*

Rafael Baioni Nascimento\*  
Luiz Fernando de Prince Fukushima\*\*  
Renan de Souza Nascimento\*\*\*

### Resumo

O artigo apresenta os resultados de uma pesquisa exploratória realizada em dois cursos de licenciatura da Universidade Estadual de Montes Claros com o objetivo de averiguar a presença e o grau de preconceito por meio de cinco escalas do tipo Likert: a Escala F, de Adorno et al. (1950), três escalas construídas pelos autores para aferir o preconceito relativo a gênero, sexualidade e raça – tendo a Escala F como modelo –, e uma quinta escala, a Escala de Homofobia, apresentada em Venturi e Bokany (2011). Este trabalho se justifica pela alta incidência de violência contra mulheres, negros e pessoas LGBT no Brasil. Os resultados obtidos indicaram presença moderada de tendências machistas, racistas, homofóbicas, heteronormativas e de suscetibilidade de adesão ao fascismo, corroborando resultados de outros estudos e apontando para a necessidade de maiores investimentos no combate ao preconceito, em especial na educação.

**Palavras-chave:** Preconceito. Escala F. Gênero. Raça. Sexualidade.

### Abstract

This paper presents the results of an exploratory research carried out in two graduation courses at the Universidade Estadual de Montes Claros with the objective of verifying the presence and the degree of prejudice through five Likert-type scales: the F Scale, from Adorno et al. (1950), three scales built by the authors to assess prejudice related to gender, sexuality and race – using the F Scale as a model – and a fifth scale, the Homophobia Scale, presented in Venturi and Bokany (2011). This work is justified by the high incidence of violence against women, blacks and LGBT people in Brazil. The results obtained indicated a moderate presence of sexist, racist, homophobic, heteronormative tendencies and susceptibility to adherence to fascism, corroborating the results of other studies and pointing to the need for greater investments to combat prejudice, especially in education.

**Keywords:** Prejudice. F Scale. Gender. Race. Sexuality.

---

\* Doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo; Docente do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Montes Claros e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social, Brasil; E-mail: [baionirafael@gmail.com](mailto:baionirafael@gmail.com)

\*\* Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo; jornalista. Email: [fukushiro@gmail.com](mailto:fukushiro@gmail.com)

\*\*\* Licenciado em História. Mestrando em História pela Universidade Estadual de Montes Claros. Email: [nascimentorenan900@gmail.com](mailto:nascimentorenan900@gmail.com)

## Introdução

Relatamos aqui os resultados de uma pesquisa exploratória realizada em dois cursos de licenciatura da Universidade Estadual de Montes Claros, cujo objetivo principal foi averiguar a presença e o grau de preconceito a partir da utilização de cinco escalas. As tendências implícitas de adesão ao fascismo foram medidas por meio da Escala F, de Adorno, Frenkel-Brunswik, Levinson e Sanford (1950) e adaptada por Crochík (1999). Três escalas do tipo Likert foram construídas utilizando a Escala F como modelo para aferir o preconceito relativo a gênero, sexualidade e raça. A quinta escala, a Escala de Homofobia, apresentada em Venturi e Bokany (2011), foi utilizada para medir a presença e o grau de homofobia dos sujeitos pesquisados.

A finalidade deste estudo é a de colaborar com as pesquisas que dão subsídios para o combate à violência contra mulheres, à lgbtobia e ao racismo, em especial aqueles manifestos na escola, e os resultados obtidos corroboraram o de outros estudos, apontando para a necessidade de maiores investimentos nessa área.

Esse artigo é um dos produtos do projeto de pesquisa “Experiência estética e preconceito: subsídios para a crítica do ensino de arte nas licenciaturas”, aprovado pela Resolução nº 182 – CEPEX/2016, Unimontes, e pelo parecer nº 1.607.265, do Conselho de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Montes Claros.

O preconceito, a discriminação e a violência motivados por diferenças de gênero, sexualidade e raça são um problema de grande gravidade e alta incidência no Brasil, como atestam as estatísticas de violência contra mulheres, negros e pessoas LGBT. Segundo o *Atlas da violência 2018* (CERQUEIRA, 2018), a taxa de homicídio de pessoas negras no Brasil foi 2,5 vezes superior à de pessoas não negras no ano de 2016. Segundo o mesmo documento, 4.645 mulheres foram assassinadas no país no mesmo ano, o que representa uma taxa de 4,5 homicídios para cada 100 mil brasileiras. Já na edição de 2015 do mesmo relatório, cujo foco foi o feminicídio (WASELFSZ, 2015), 405 mulheres por dia no ano de 2014 demandaram atendimento em uma unidade de saúde em decorrência de violência sofrida e em aproximadamente metade dos casos o agressor foi o parceiro ou o ex-parceiro. De acordo com o relatório de 2018 do site *Homofobia Mata* (MICHELS, s. d.), uma pessoa LGBT é morta a cada vinte horas em razão da lgbtobia, sendo as pessoas trans as mais vulneráveis – com chance dezessete vezes maior de morrerem que um homem gay.

Importantes trabalhos apontam para o preconceito institucionalizado em nosso sistema educacional em decorrência do ainda tímido – e, por vezes, problemático – tratamento de temas ligados a gênero, sexualidade e raça nas políticas educacionais, nos currículos e nas práticas escolares (CANDOU, 2011; CARREIRA, 2016; GOMES, 2011a; 2012; VIANNA, 2012; VIANNA; UNBEHAUM, 2016), e para as manifestações de preconceito e discriminação no cotidiano das escolas (ABRAMOVAY; CASTRO, 2006; ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004; JUNQUEIRA, 2009).

Direitos ligados a questões de gênero, sexualidade, raça e outras pautas de respeito às diferenças são estigmatizados para uso eleitoral e seus defensores alvo de calúnias – como demonstra a crescente perseguição aos estudos e às políticas educacionais de gênero, sob a pecha de “ideologia de gênero”, em campanhas repletas de falsas notícias, nas quais não

apenas as violências sofridas pelas minorias são minimizadas, mas as próprias minorias são retratadas como ameaçadoras (MISKOLCI, 2018; MISKOLCI; CAMPANA, 2017).

Nesse cenário, fazem-se ainda mais necessárias pesquisas como a aqui relatada, por mostrarem a presença do preconceito em opiniões e atitudes de estudantes de licenciatura, muitos deles futuros professores e, portanto, figuras de influência na vida de muitas crianças e jovens, podendo ser perpetuadores ou cúmplices de manifestações de preconceito, discriminação e violência associados à gênero, sexualidade e raça (CARVALHO, 2011; GOMES, 2011b; LOPES, 2011).

## Participantes

Participaram desta pesquisa 86 estudantes de cursos de licenciatura em Pedagogia e História da Universidade Estadual de Montes Claros. A escolha do curso de Pedagogia se deu pelo fato de formar professores(as) do ensino infantil e fundamental e pela importância das experiências formativas para a faixa etária das crianças nessas etapas de ensino. A escolha do curso de História se deu pela suposição de que o conteúdo da disciplina e o perfil dos estudantes que escolhem o curso favorecerem opiniões e atitudes menos preconceituosas e por ser uma disciplina associada à formação crítica dos estudantes de ensino fundamental e médio. As turmas foram escolhidas por conveniência e os questionários foram aplicados entre abril e junho de 2017. Todos os participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para participação na pesquisa. Os cinquenta alunos do curso de Pedagogia se distribuíam entre o terceiro e o sexto período, enquanto os 36 alunos do curso de História cursavam o primeiro período. A média de idade foi de 22,3 anos. A maior parte dos estudantes era do sexo feminino (73 estudantes, contra treze do sexo masculino, estes em sua maior parte no curso de História), e a maioria se declarou heterossexual (71 estudantes, contra quinze que declararam outras orientações sexuais ou que não quiseram declará-la). Quanto à raça/etnia, 27 estudantes se declararam brancos, 36 se declararam negros, dezoito se declaram pardos,<sup>2</sup> um se declarou amarelo e três pessoas não responderam. Cinquenta e cinco estudantes afirmaram que a renda familiar era inferior a mil reais por mês por pessoa. Quanto à escolaridade dos pais, foi questionado o grau daquele com maior nível dentre quatro opções: ensino fundamental, ensino médio, ensino superior e pós-graduação. Entre as respostas, 42 participantes afirmaram ensino médio, 23 afirmaram ensino fundamental, onze afirmaram ensino superior, oito afirmaram pós-graduação e dois não responderam.

## Instrumento

O preconceito é um fenômeno social de grande complexidade, além de tema tradicional em diversas disciplinas das ciências humanas, de forma que não é nossa intenção fazer uma revisão do conceito nas diferentes tradições teóricas e abordagens metodológicas. Nosso foco é aproveitar o poder explicativo dos estudos do preconceito realizados pela

---

<sup>2</sup> No questionário formulado nesta pesquisa não havia a opção “pardo” para raça/etnia, em consonância com diversos autores que se mostram contrários a essa denominação. Entretanto, grande número de participantes assinalaram a opção “outro” e escreveram no campo aberto relacionado a essa opção a palavra “pardo”.

primeira geração da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, em especial na pesquisa *A personalidade autoritária*, de Adorno et al. (1950), e, com base na escala de adesão implícita ao fascismo, a chamada Escala F, construir outras três escalas, nela inspiradas, com o objetivo de contribuir para a compreensão e mensuração do preconceito relacionado a gênero, sexualidade e raça, temas que, embora presentes na pesquisa de 1950, necessitam de abordagem mais específica e adaptada ao Brasil e à atualidade.

Uma quarta escala, a Escala de Homofobia, presente em Venturi e Bokany (2011), foi utilizada não apenas para mensurar a homofobia, como o nome sugere, mas também como contraponto à Escala F e as escalas por nós construídas para este trabalho, por ter a Escala de Homofobia foco em manifestações explícitas de preconceito, enquanto nas escalas restantes houve preocupação em investigar o preconceito latente, ao fazer uso, em sua maioria, de afirmações indiretas ou que possuem elementos preconceituosos misturados a elementos falsamente valorativos e inclusivos.

Desse modo, procuramos examinar quatro tipos de preconceito (machismo, racismo, homofobia e heteronormatividade) em estudantes dos cursos de História e Pedagogia, assim como sua predisposição de adesão ao fascismo (Escala F). Para isso foram aplicados um questionário socioeconômico (com perguntas sobre curso, período, idade, sexo, orientação sexual, raça/etnia, renda e escolaridade dos pais) e cinco escalas do tipo Likert:

- a) Escala F – Escala de adesão implícita ao fascismo, elaborada por Adorno et al. (1950) e traduzida por Crochík (1999), constituída de 27 itens. Havia um item duplicado, na versão de Crochík (1999), mas devido ao grande número de itens totais, decidimos por suprimi-lo.
- b) Escala Ho – Escala de Homofobia, elaborada por pesquisadores ligados à Fundação Perseu Abramo, sob a coordenação de Gustavo Venturi e publicada em Venturi e Bokany (2011), composta por quinze itens.
- c) Escala He – Escala de Heteronormatividade, elaborada na presente pesquisa, composta por doze itens.
- d) Escala M – Escala de Machismo, elaborada na presente pesquisa, composta por treze itens.
- e) Escala R – Escala de Racismo, elaborada na presente pesquisa, composta por treze itens.

Todas as escalas continham itens a respeito dos quais os participantes poderiam mostrar sua concordância em seis graus distintos: 1) discordo plenamente, 2) discordo moderadamente, 3) discordo levemente, 5) concordo levemente, 6) concordo moderadamente e 7) concordo plenamente. Note-se que não havia o grau neutro (4), de modo que era necessário uma tomada de posição sobre cada afirmação. Em geral, quanto maior a concordância, maior o preconceito e a tendência de adesão ao fascismo – embora alguns itens fossem invertidos, isto é, nos quais a discordância indicava maior preconceito e tendência de adesão ao fascismo, de modo a não favorecer uma automatização das repostas.

A pesquisa de Adorno et al. (1950) foi desenvolvida nos Estados Unidos no final da década de 1940, com o principal objetivo de investigar o potencial fascista latente na população estadunidense e sua correlação com ideologias políticas. Para isso os autores desenvolveram diversas escalas, dentre as quais uma que mede tendências implícitas de adesão ao fascismo, a chamada Escala F, construída com base na teoria psicanalítica e no pensamento dos autores da Escola de Frankfurt, em especial no do próprio Adorno, filósofo, sociólogo e musicista alemão, principal autor da pesquisa (CARONE, 2012). Fala-se em

“potencial fascista” porque, no entendimento dos autores, o fascismo enquanto manifestação política – que acarretou em regimes totalitários como o nazismo alemão e o fascismo italiano da primeira metade do século XX – encontra sustentação em traços ou estruturas de personalidade socialmente produzidos presentes em maior ou menor grau em todas as sociedades capitalistas ocidentais, mesmo em países democráticos como os Estados Unidos. Ou seja, para eles o genocídio e outras atrocidades promovidas pelo regime nazista não foram fatos isolados na história e restritos a determinados países, mas uma tendência social presente, pelo menos, em todas as sociedades capitalistas ocidentais. Desse modo, o estudo dessas tendências de personalidade se faz necessário para que possamos pensar em formas de combater sua reprodução e assim possamos evitar a repetição da história, sendo a educação umas das principais ferramenta nessa tarefa (ADORNO, 2003).

Muitas afirmações da Escala F não têm relação direta com objetos de preconceito, porém mostraram ser mais efetivas na aferição do preconceito do que a filiação política explícita dos sujeitos da pesquisa de Adorno et al. (1950). O item “Os homens podem ser divididos em duas classes definidas: os fracos e os fortes” não indica presunção de inferioridade em mulheres, negros, pessoas LGBT<sup>3</sup> ou qualquer outra minoria, mas pode indicar uma tendência em ver as relações sociais de forma hierarquizada e dicotômica, tendência que facilita a justificação de um sem-número de atitudes preconceituosas e discriminatórias. Já o item “O que este país necessita, primordialmente, antes de leis ou planos políticos, são alguns líderes valentes, incansáveis e devotos em quem o povo possa depositar a sua fé”, aparentemente também sem relação com o preconceito, pode indicar tendência à heteronomia, isto é, ao desejo de abdicar da reflexão autônoma em prol de lideranças carismáticas e, assim, estar mais propenso à adesão, sem reflexão, a posturas preconceituosas propagadas por tais lideranças. Outro exemplo: o item “Os crimes sexuais tais como o estupro ou ataques a crianças merecem mais que a prisão; quem comete estes crimes deveria ser açoitado publicamente ou receber um castigo pior”, no qual a concordância a princípio poderia ser entendida como uma postura contrária à violência, acaba, em vez disso, indicando uma propensão a aceitar a violência, desde que seja apresentada uma justificativa para isso. Assim, embora esse item, como os anteriores, não tenha relação direta com o preconceito, pode indicar uma propensão a justificar a violência contra alvos de preconceito, caso o contexto cultural preconceituoso apresente uma justificativa ideológica para tanto. Um contraexemplo, que não podemos deixar de mencionar, é o item “Os homossexuais são quase criminosos e deveriam receber um castigo severo”, onde encontramos, em caso de concordância na resposta dos sujeitos, uma manifestação explícita de preconceito. A presença desse item em uma escala que se mostrou eficaz para a medição indireta de preconceito só faz sentido se levarmos em conta não apenas o fato de que a homossexualidade não era foco da pesquisa em questão, mas a pouca importância dada à homofobia<sup>4</sup> na época, a ponto de poder ser considerada como indicador indireto. A presença

<sup>3</sup> Lembramos que no final da década de 1940 não havia a sigla LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) e suas variações. A categoria “homossexuais” era a categoria genérica mais aproximada para se referir a dissidências dos padrões hegemônicos de gênero e sexualidade.

<sup>4</sup> Lembrando que sequer o conceito de homofobia existia na época, já que foi cunhado pela primeira vez em 1971, pelo psicólogo estadunidense K. T. Smith em um estudo sobre características de uma personalidade homofóbica (BORRILLO, 2010). Homofobia se refere, segundo Colling e Nogueira (2015), a qualquer atitude ou comportamento de repulsa, medo ou preconceito contra homossexuais, manifestando-se através de violências variadas. Foi pensado a partir

de um único item explícito não descaracteriza a escala em seu conjunto, entretanto, em futuras aplicações pensamos ser oportuno a omissão desse item.

A pesquisa de Adorno et al. (1950) foi retomada por Crochík (1999; 2000), partindo do pressuposto de que o Brasil, como qualquer outro país capitalista ocidental, mesmo que democrático, pode produzir subjetividades propensas a aderir ao fascismo e que essa tendência precisa ser aqui também estudada e combatida. Crochík et al. (2006; 2009) dedicaram-se principalmente ao estudo do potencial fascista em sua relação com o preconceito no processo da implantação da educação inclusiva, a partir de pesquisa em estudantes de licenciatura da cidade de São Paulo. No presente trabalho, seguimos na mesma direção, mas desta vez com enfoque nas questões de gênero, sexualidade e raça.

A Escala de Homofobia, retirada de Venturi e Bokany (2011), diz respeito a opiniões e atitudes dos sujeitos em relação principalmente a pessoas gays e lésbicas (sendo apenas um item sobre pessoas bissexuais e dois itens abordando papéis de gênero e preferências sexuais de forma mais genérica). Esta, ao contrário da Escala F, é bastante direta, e a concordância ou discordância de seus itens podem ser já em si mesmas consideradas manifestações de preconceito. Por exemplo, o item “A homossexualidade é um pecado contra as leis de Deus” é um julgamento valorativo direto. O item “Casais de gays ou de lésbicas não deveriam criar filhos” indica claramente uma postura discriminatória. E, no mesmo sentido, podemos citar o item “Casais de gays ou de lésbicas não deveriam andar abraçados ou ficar se beijando em lugares públicos”. Escolhemos utilizar essa escala como parâmetro de preconceito direto, partindo da pressuposição de que o preconceito lgbtfóbico é aquele que se apresenta de forma mais explícita no contexto brasileiro atual, enquanto afirmações diretamente machistas e racistas encontrariam maior resistência social e, portanto, tenderiam a se manifestar principalmente de forma indireta. Em futuros trabalhos, seria interessante colocar essa pressuposição à prova.

Construímos a Escala de Heteronormatividade e a Escala de Machismo com base nos trabalhos de Foucault (1988), Rich (2010), Louro (1997; 2001), Butler (2016) e outros autores e autoras que abordam as questões de gênero e sexualidade de forma ampliada, para além de opiniões e atitudes a respeito de mulheres heterossexuais, gays e lésbicas, privilegiando, por sua vez, a análise crítica das estruturas sociais e dos discursos hegemônicos padronizadores, hierarquizantes, patologizantes e excludentes que produzem a divisão social historicamente localizada entre pessoas designadas como homens e pessoas designadas como mulheres, pessoas heterossexuais e não heterossexuais, pessoas cisgênero e pessoas transgênero, dentre outras classificações das identidades e dos corpos.

O conceito de heteronormatividade foi criado pelo crítico literário Michael Warner em 1991, buscando explicar uma nova ordem sexual que exige que todas as pessoas, heterossexuais ou não, organizem suas vidas em torno do modelo de coerência heterossexual (COLLING; NOGUEIRA, 2015). Essa coerência se sustenta através de uma linearidade entre os eixos de poder sexo-gênero (BUTLER, 2016), ou seja, uma pessoa com pênis deve agir como macho, expressando virilidade, da mesma forma que uma pessoa com vagina deve necessariamente ser feminina e se identificar como tal. Tudo que foge a essa regra torna-se alvo prioritário de deslegitimação e represália, como ocorre, por exemplo, com mulheres

---

da junção dos radicais gregos “homo” (“semelhante”) e “fobia” (“medo”), embora o “homo” seja traduzido comumente como sinônimo de homossexual masculino, invisibilizando assim, as identidades lésbicas.

masculinas. Colling e Nogueira (2015) destacam ainda que para a heteronormatividade as pessoas podem até ser homossexuais, desde que façam o que os heterossexuais comumente fazem: realizem um casamento, tenham filhos, reproduzam a binariedade de gênero em suas ocupações profissionais, dentre outros.

Assim, por exemplo, na Escala de Heteronormatividade, a discordância com o item “Não deveria existir diferença entre brinquedos para meninos e brinquedos para meninas” indica adesão a estereótipos de gênero, com separação rígida entre atividades masculinas e atividades femininas, assim como a tendência a reprimir manifestações contrárias a esses estereótipos nas crianças. Já a concordância com outro item, “Se os gays não fizessem questão de ser tão afeminados e as lésbicas tão masculinas sua aceitação pela sociedade seria muito maior”, indica a tendência heteronormativa a apresentar maior rejeição a pessoas homossexuais que não correspondam aos padrões hegemônicos de masculinidade e feminilidade. Pode-se supor também que a concordância com esse item indica uma expectativa estereotipada de expressão de gênero, mesmo em pessoas heterossexuais – quer cisgênero, quer transgênero. A concordância com outro item, “Sempre falta algo numa relação amorosa entre duas mulheres”, indica a tendência heteronormativa de desconsiderar relações afetivas/sexuais fora do binarismo homem–mulher, além de ser uma manifestação explícita de lesbofobia ou bifobia e sugerir concordância com a premissa machista da centralidade do pênis em qualquer relação sexual. Um último item de exemplo, também mais explícito que os dois primeiros, é “Um homem que se relaciona com uma travesti deveria sentir vergonha”. A concordância com esse item revela transfobia e indica também o preconceito heteronormativo segundo o qual qualquer pessoa identificada como homem cisgênero deveria se relacionar com uma pessoa identificada como mulher cisgênero (já que algumas travestis se identificam como mulheres).

Na Escala de Machismo, a concordância com o item “A natureza dos homens os torna mais aptos a trabalhos que exijam raciocínio lógico, enquanto a natureza das mulheres favorece trabalhos que exijam sensibilidade” indica a tendência a naturalizar as diferenças socialmente constituídas entre homens e mulheres, inclusive a naturalizar a desigualdade de oportunidades e de condições de trabalho. A concordância com outro item, “É triste ver uma mulher bem-sucedida na carreira, mas sem filhos”, indica a tendência machista de se considerar a maternidade um dever da mulher e uma exigência para a felicidade feminina, relegando para segundo plano qualquer outro tipo de realização que a mulher possa ter. Como último exemplo dessa escala, a concordância com o item “As mulheres poderiam parar de se sentir inferiores e conquistar o espaço delas, como fazem os homens” indica a tendência machista de responsabilizar as próprias mulheres pela injustiça sofrida e, consequentemente, de desresponsabilizar os homens e a cultura machista.

A Escala de Racismo, por sua vez, foi construída com base nos trabalhos de Nascimento (1978), Souza (1983), Fanon (1952/2008) e D’adesky (2009), dentre outros autores e autoras que abordam as diversas faces do racismo, assim como em trabalhos que destacam a importância da interseccionalidade<sup>5</sup> das questões de gênero e sexualidade com as

---

<sup>5</sup> O conceito de interseccionalidade foi cunhado pela intelectual afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw em 1989, dentro do campo do direito e da Teoria Crítica de Raça (AKOTIRENE, 2018), embora já estivesse anteriormente sendo colocado em prática nas reflexões de outras feministas negras, como Audre Lorde. Segundo Carla Akotirene (2018), esta categoria se refere a uma sensibilidade analítica orientada para a interconexão e inseparabilidade de sistemas de opressão

questões de raça, como os trabalhos de hooks (2013), Davis (2016) e Ribeiro (2018). Nessa escala há itens que tratam de opiniões mais diretamente relacionadas a pessoas negras ou à diferença entre negros e brancos, como o item “A constituição física do homem negro é muito mais resistente que a do homem branco”, a respeito do qual a concordância indica uma naturalização das diferenças socialmente constituídas entre negros e brancos e uma tendência racista, mais implícita, de associar os negros ao trabalho braçal e os brancos ao trabalho intelectual. Há itens que não citam diretamente a negritude, mas dizem respeito a manifestações culturais ou religiosas típicas de populações predominantemente negras. Nesse sentido há o item “O candomblé possui lindas histórias que poderiam ser ensinadas nas escolas, aumentando o repertório cultural da população”, cuja discordância indica preconceito contra as religiões de matriz africana, frequentemente desqualificadas pela cultura racista e estigmatizadas como magia negra, culto a demônios ou espíritos maus, dentre outras associações negativas. Nesse sentido também a concordância com o item “O funk é um estilo musical de baixa qualidade e sua proliferação mostra a decadência da cultura brasileira” indica a tendência preconceituosa a desqualificar de forma genérica e arbitrária toda manifestação cultural de populações predominantemente negras. Na intersecção de raça e gênero, por exemplo, a concordância com o item “Há modelos negras lindíssimas, principalmente aquelas com o nariz mais fino e a boca pequena” indica a tendência preconceituosa a se associar a beleza negra e, em especial, a feminina, com traços fenotípicos caucasianos. Podemos destacar desse item também seu caráter de medição indireta do preconceito ao apresentar, no início da frase, uma afirmação positiva sobre a beleza negra, o que pode colaborar para um relaxamento da “vigilância” com o próprio preconceito e permitir a concordância com a segunda parte da frase, na qual é manifesto o preconceito contra os traços fenotípicos negros.

## Resultados

Pode-se observar pela Tabela 1 que a média geral dos sujeitos foi abaixo do ponto médio 4, mas ainda todas acima de 2, o que aponta um preconceito moderado em todos os fatores estudados. Interessante observar também que a pontuação foi maior no que concerne à Escala He e à Escala F, o que indica que na população estudada os estereótipos de gênero e sexualidade e os traços de personalidade que favorecem a adesão ao fascismo são levemente maiores que o preconceito lgbtfóbico manifesto, o machismo e o racismo.

---

como o racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, formuladores modernos de subjetividades e desigualdades entre os corpos.

Tabela 1. Média e desvio padrão por escala

<b>Escala</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio padrão</b>
F	3,01	2,41
He	3,65	2,49
Ho	2,71	2,35
M	2,57	2,26
R	2,74	2,34
todas	2,71	2,27

Fonte: elaboração própria.

Já a Tabela 2 indica que há uma correlação positiva entre todos esses fatores, sendo maiores as correlações entre fascismo e homofobia (0,793), fascismo e machismo (0,789), machismo e racismo (0,789) homofobia e machismo (0,763) e heteronormatividade e racismo (0,756).

Tabela 2. Correlação de Pearson entre as escalas

	<b>F</b>	<b>He</b>	<b>Ho</b>	<b>M</b>	<b>R</b>
<b>F</b>	–	,566	,793	,789	,697
<b>He</b>	,566	–	,528	,691	,756
<b>Ho</b>	,793	,528	–	,763	,649
<b>M</b>	,789	,691	,763	–	,789
<b>R</b>	,697	,756	,649	,789	–

Correlações significativas no nível 0,01.

Fonte: elaboração própria.

No tocante à diferença entre os estudantes dos dois cursos, Pedagogia e História, como se pode observar na Tabela 3, as médias para todas as escalas foram de 0,5 a 1,0 ponto maiores no curso de Pedagogia. A menor diferença foi apresentada na Escala He e a maior na Escala M.

Tabela 3. Médias e desvios padrão das escalas por curso

Escala	História		Pedagogia	
	Média	DP	Média	DP
F	3,1920	1,03028	3,9795	,82227
He	2,3912	1,03866	2,9397	,90210
Ho	2,1959	1,14812	2,8484	,85512
M	2,1489	1,17674	3,1723	,98392
R	2,2259	1,03653	3,0761	,75118

Fonte: elaboração própria.

As médias tenderam a ser de aproximadamente 0,3 a 0,8 maiores no que tange às respostas das mulheres. Já as médias das pessoas que se declararam heterossexuais foi de aproximadamente 1,0 a 1,2 pontos superiores às médias daqueles que se declararam não heterossexuais ou não declararam orientação sexual.

Os estudantes que afirmaram que a renda familiar era inferior à renda per capita de mil reais por mês tiveram respostas em média de aproximadamente 0,2 a 0,3 pontos superiores aos demais nas escalas que aferiam preconceito, mas não apresentaram em média diferença relevante (inferior a 0,1 pontos) nas respostas à Escala F.

Quanto à escolaridade dos pais, os estudantes dos quais um dos pais concluiu apenas o ensino fundamental ou médio tiveram escores em média aproximadamente de 0,3 a 0,5 pontos maiores que os estudantes cujos pais concluíram o ensino superior ou pós-graduação no que se refere às escalas de preconceito, e diferença maior do que 0,4 pontos no que se refere à Escala F.

Por fim, no que diz respeito à raça/etnia, fizemos duas análises, uma agrupando os participantes em brancos e não brancos e outra agrupando os participantes em negros e não negros. Nessa amostra, os brancos isolados tiveram escores menores em todas as escalas que os negros isolados – entre 0,4 e 0,6 pontos abaixo. Curiosamente, tanto os não brancos quanto os não negros tiveram maiores escores em todas as escalas que o grupo principal de cada uma das duas análises.

## Discussão

De modo geral, o que mais chamou a atenção foram os altos valores obtidos nas médias das respostas às escalas que aferiam preconceito, entre 2,57 a 3,66 pontos, com desvios padrão de aproximadamente 2,3 pontos. Apesar de serem valores abaixo do ponto médio da escala (4,0), indicando preconceito moderado, é preciso lembrar que o ideal seria que as médias estivessem próximas aproximadas a 1,0 ponto, com desvios padrão que tendessem a 0 pontos, se partirmos do pressuposto de que todo preconceito aferido pelas escalas aqui apresentadas é prejudicial.

Quanto às correlações, o que merece maior destaque é o fato de todas as escalas terem obtido correlações significativas entre si superiores a 0,5 pontos, o que indica a interrelação entre todos os fatores investigados. Tais resultados para as correlações entre as escalas que aferiram preconceito confirmam o trabalho de Adorno et al. (1950), segundo o qual o preconceito se mostrou uma tendência do sujeito preconceituoso que pode se manifestar em relação a diferentes objetos, isto é, que há uma permutabilidade entre os

objetos do preconceito – o que não anula a possível diferença de intensidade na manifestação de diferentes tipos de preconceito em uma determinada amostra, grupo ou sujeitos específicos. Assim, na nossa amostra, a pessoa que respondeu de forma lgbtfóbica teve grandes chances de apresentar respostas também machistas, racistas e heteronormativas.

Foi interessante notar também como a correlação mais alta foi a obtida entre a Escala Ho e a Escala F, respectivamente a escala mais explícita/direta e a implícita/indireta. Isso confirma os resultados de Adorno et al. (1950), segundo os quais a Escala F se mostrou instrumento confiável para mensurar indiretamente a predisposição dos sujeitos a reproduzirem opiniões e atitudes explicitamente preconceituosas.

A correlação mais baixa ser a entre a Escala de Ho e a Escala de He também é bastante significativo porque pode indicar uma tendência a haver sujeitos que não manifestam preconceito explícito em relação a pessoas LGBT, mas possuem crenças, valores e atitudes heteronormativas que acabam sendo também prejudiciais a essa população. O que confirma que lgbtfobia e heteronormatividade não podem ser reduzidas uma a outra, como já indicavam os trabalhos de Louro (1997; 2001) e Colling e Nogueira (2015).

Em relação às diferenças entre os cursos, o resultado foi conforme a expectativa dos pesquisadores, tendo em vista que o perfil dos estudantes que escolhem História é de maior familiaridade com questões políticas e sociais. Algo que fortalece essa suposição é o fato de todos os participantes do curso de História estarem no primeiro período do curso, isto é, com ainda reduzido contato com a cultura e a formação universitária.

Serem as respostas das mulheres em média mais altas que as dos homens é dado pouco informativo, tendo em vista o baixo número de participantes homens na amostra e a maioria deles encontrar-se no curso de História. O mesmo se pode dizer a respeito da orientação sexual: como a maior parte dos sujeitos não heterossexuais ou não declarados era do curso de História e seu número bastante reduzido em relação à amostra geral, o dado é pouco informativo, pois não se pode saber ao certo se os escores menores – esperados, no caso das pessoas não heterossexuais e não declaradas – está correlacionado de forma mais significativa com essa categoria de análise ou com a categoria curso.

Quanto às diferenças por renda familiar serem ligeiramente maiores entre os estudantes da baixa renda no que tange as escalas que aferem preconceito, pode-se especular, a partir desse dado, que o maior acesso a bens de consumo – favorecido pela maior renda – pode ter efeito positivo na diminuição de opiniões e atitudes preconceituosas. Contudo, o fato dos dois grupos, em relação a essa variável, não apresentarem diferença notável no que tange à Escala F, indica que a maior renda não indicou um contexto formativo mais autônomo e democrático, isto é, que a maior renda, em nossa amostra, não produziu nos sujeitos menores tendências de personalidade que predisõem à adesão ao fascismo. Por outro lado, em relação à categoria escolaridade dos pais, podemos dizer que a maior escolaridade familiar acarretou, na amostra analisada, menor preconceito e menor tendência de adesão ao fascismo.

Comparando os resultados da categoria renda com a categoria escolaridade dos pais e, supondo esta última como mais confiável no que diz respeito à valorização e o incentivo familiar à educação, podemos dizer que a maior escolaridade familiar se mostrou ligeiramente mais efetiva que a maior renda no que tange ao combate ao preconceito. Ao mesmo tempo, enquanto a maior renda não teve influência significativa no que concerne à tendência de adesão ao fascismo, a maior escolaridade familiar teve influência positiva nesse quesito.

Por fim, os resultados analisados do ponto de vista da categoria raça/etnia foram bastante instigantes, ao mostrarem que o grupo de não brancos e de não negros, do qual fazem parte aqueles autodeclarados pardos – subcategoria que sugeriu no questionário espontaneamente a partir da opção “outro” – foi o mais preconceituoso, em comparação com brancos e negros. Contudo, tendo em vista o baixo número de participantes de nossa amostra, não foi possível levantar com segurança outras hipóteses a partir desse dado ou estabelecer correlações confiáveis com as outras categorias de análise.

Com os resultados obtidos consideramos como aspectos importantes de investigação em futuros trabalhos a comparação das opiniões e atitudes de estudantes no início do curso com as de estudantes nos períodos finais do curso, para que se possa analisar a influência atual dos referidos cursos no combate ao preconceito. Importante também seria em futuras pesquisas ampliar a amostra para que, dentre outros objetivos, seja possível levantar com maior grau de confiabilidade correlações entre algumas categorias, por exemplo, a correlação entre a categoria raça/etnia e as categorias renda e escolaridade dos pais. Além disso, seria interessante também criar categorias de análise para melhor fornecer hipóteses sobre a subcategoria espontânea “pardos”.

## Conclusão

Concluímos assim que há manifestações consideráveis dos preconceitos investigados pelas Escalas Ho, He, M e R e da tendência implícita de adesão ao fascismo, mensurada pela Escala F, entre os estudantes de licenciatura dos cursos de Pedagogia e História sujeitos desta pesquisa, o que indica a necessidade de investimento no combate ao preconceito no trabalho de formação de professores desenvolvido nesta instituição.

Como houve em nossa amostra correlação significativa entre as diversas escalas de aferição do preconceito, isto é, a pessoa que respondeu de forma lgbtfóbica teve grandes chances de apresentar respostas também machistas, racistas e heteronormativas, concluímos também que o trabalho em conjunto dos temas gênero, sexualidade e raça é uma estratégia válida e que merece maior atenção.

Por fim, o grupo dos participantes com maior escolaridade na família ter apresentado menores escores de preconceito, mas, ainda assim, escores que atestam a presença de preconceito, nos leva a reafirmar, com Adorno (2003), a importância da educação para evitar a barbárie, reconhecendo, por outro lado, que a educação que se nos apresenta até o presente momento não foi ainda suficiente para afastar a possibilidade da repetição da violência motivada por preconceito.

## Referências

- ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. (Orgs.). **Relações raciais na escola**: reprodução de desigualdades em nome da igualdade. Brasília: Unesco, Inep, Observatório de Violências nas Escolas, 2006.
- ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; SILVA, L. B. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: Unesco, 2004.
- ADORNO, T. W. Educação após Auschwitz. In: \_\_\_\_\_. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003, p. 119–138.
- ADORNO, T. W. et al. **The authoritarian personality**. Nova York: Harper and Row, 1950.
- AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, Justificando, 2018.
- BORRILLO, D. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CANDAU, V. M. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M. (Orgs.). **Multiculturalismo**: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 13-37.
- CARONE, I. A personalidade autoritária: estudos frankfurtianos sobre o fascismo. **Sociologia em Rede**, v. 2, n. 2, p. 14–21, 2012.
- CARREIRA, D. O Informe Brasil – Gênero e educação: da Conae às diretrizes nacionais. In: VIANNA, C. et al. **Gênero e educação**: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais. São Paulo: Ação Educativa, Cladem, Ecos, Geledés, Fundação Carlos Chagas, 2016, p. 25-53.
- CARVALHO, M. P. Gênero na sala de aula: a questão do desempenho escolar. In: MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M. (Orgs.). **Multiculturalismo**: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 90–124.
- CERQUEIRA, D. (Coord.). Atlas da violência 2018. Rio de Janeiro, **Ipea**, 2018. Disponível em:  
[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/180604\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2018.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf). Acesso em: 28 nov. 2020.
- COLLING, L.; NOGUEIRA, G. Relacionados mas diferentes: sobre os conceitos de homofobia, heterossexualidade compulsória e heteronormatividade. In: RODRIGUES, A.;

DALLAPICULA, C.; FERREIRA, S. R. S. (Orgs.). **Transposições:** lugares e fronteiras em sexualidade e educação. Vitória: Edufes, 2015.

CROCHÍK, J. L. **A ideologia da racionalidade tecnológica e a personalidade narcisista.** 1999. Tese (livre-docência) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. Tecnologia e individualismo: um estudo de uma das relações contemporâneas entre ideologia e personalidade. **Análise Psicológica**, v. 18, n. 4, p. 529–543, 2000.

CROCHÍK, J. L. et al. Preconceito e atitudes em relação à educação inclusiva. **Psicologia Argumento**, v. 24, n. 46, p. 55–70, 2006.

\_\_\_\_\_. Relações entre preconceito, ideologia e atitudes frente à educação inclusiva. **Estudos de Psicologia**, v. 26, n. 2, p. 123–132, 2009.

D'ADESKY, J. **Pluralismo étnico e multi-culturalismo:** racismos e anti-racismos no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade:** a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GOMES, N. L. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **RBPAAE**, v. 27, n. 1, p. 109–121, 2011a.

\_\_\_\_\_. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M. (Orgs.). **Multiculturalismo:** diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2011b, p. 67–89.

\_\_\_\_\_. As práticas pedagógicas com as relações étnico-raciais nas escolas públicas: desafios e perspectivas. In: \_\_\_\_\_. (Org.) **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03.** Brasília: MEC, Unesco, 2012, p. 19-33.

HOOKS, b. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática de liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Diversidade sexual na educação:** problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Secad/MEC, Unesco, 2009, p. 13–51.

LOPES, L. P. M. Sexualidades em sala de aula: discurso, desejo e teoria *queer*. In: MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M. (Orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 125–148.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. **Currículo, gênero e educação**. Porto: Porto, 2001.

MICHELS, E. **População LGBT morta no Brasil: relatório 2018**. [s. d.] Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2020/02/relatorio.2018.2docx-2.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2020.

MISKOLCI, R. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. **Cadernos Pagu**, n. 53, 2018.

MISKOLCI, R.; CAMPANA, M. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 725–748, 2017.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas**, n. 5, p. 17–44, 2010.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

VENTURI, G.; BOKANY, V. Síntese da pesquisa “Diversidade sexual e homofobia no Brasil: intolerância e respeito às diferenças sexuais”. In: \_\_\_\_\_. (Orgs.). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 189-251.

VIANNA, C. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica. **Pro-Posições**, v. 23, n. 2, p. 127-143, 2012.

VIANNA, C.; UNBEHAUM, S. Contribuições da produção acadêmica sobre gênero nas políticas educacionais: elementos para repensar a agenda. In: VIANNA, C. et al. (Orgs.). **Gênero e educação: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais**. São Paulo: Ação Educativa, Cladem, Ecos, Geledés, Fundação Carlos Chagas, 2016, p. 55–119.

WAISELFISZ, J. J. (2015). **Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília: Opas/OMS, ONU Mulheres, SPM, Flacso, 2015. Disponível em: [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf). Acesso em: 28 nov. 2020.